

CRIAÇÃO DE CENTROS HUMANITÁRIOS DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

*Deliberação unânime da Direcção Nacional da CVP de 12 de Abril de 2011
Acta nº 50*

I)

A necessidade de dar resposta aos novos desafios impostos pela realidade vivida em algumas áreas de intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa, determina-se conclua pela necessidade de se proceder, cumprindo princípios de optimização de recursos Institucionais, a reajustamentos que permitam estimular e favorecer a prossecução das tarefas próprias desta Instituição.

A consciência da dificuldade de, no seio de algumas comunidades, criar e manter uma estrutura organizacional aliada às dificuldades de sustentabilidade económico-financeira e à consequente necessidade de agilizar a estrutura interventora, garantindo, sem prejuízo, o cumprimento de actividades específicas direccionadas à população envolvente e/ou aos objectivos a que esta Instituição se propõe, aconselha-se ponderem, novas abordagens.

O acima exposto e a consciência da dificuldade que as pessoas de boa vontade e de reconhecida idoneidade moral que integram essas comunidades têm, actualmente, em acompanhar e exercer colegialmente, de forma consistente e permanente, a actividade que os órgãos locais da CVP, determina-se delibere, no uso dos poderes conferidos à Direcção Nacional pelos arts 17º e 53º dos Estatutos, a criação, para casos especiais, de organismos diferenciados, doravante designados por Centros Humanitários da CVP, que integrarão a estrutura desta instituição como Serviços Autónomos, estes, aliás, já existentes e com resultados positivos.

Os Centros Humanitários, assegurarão, de modo regular e contínuo, a preparação e execução das tarefas que em particular e casuisticamente lhes sejam determinadas ou aprovadas pela Direcção Nacional nos domínios da difusão, formação, promoção, protecção, socorro e saúde, assistência e solidariedade, sendo os respectivos graus de autonomia, estrutura e atribuições definidos tendo em atenção os objectivos que em particular para os mesmos sejam previstos.



II) São, igualmente aprovados para os Centros supra referenciados, os seguintes princípios de organização e estrutura de funcionamento:

- **Da Estrutura**

1º- São órgãos dos Serviços Autónomos:

- a) A Direcção
- e
- b) O Conselho Consultivo

2º - A Direcção é nomeada e exonerada pela Direcção Nacional, de quem depende, podendo ser constituída colegial ou singularmente.

3º- A Direcção colegial, é constituída por um Director, um Sub Director e por um número de vogais não superior a três.

4º-

- a) A Direcção se constituída como órgão singular será composta por um Director.
- b) Por proposta do Director, poderá, pela Direcção Nacional ser aprovada a nomeação de Adjunto da Direcção, a quem poderão ser cometidas funções, responsabilidades e competências executivas de gestão nos termos previstos no artº 55º dos Estatutos.

5º Compete à Direcção exercer as funções que lhe forem expressamente delegadas e/ou cometidas pela Direcção Nacional e, ainda:

- a) Propor e difundir as suas actividades bem como os Princípios e Ideais da Cruz Vermelha
- b) Gerir o Centro, assegurando a concretização das respectivas actividades;
- c) Assegurar a organização e funcionamento do Centro e dos respectivos serviços;
- d) Propor o quadro de pessoal e suas alterações, assegurando a gestão dos Recursos humanos
- e) Promover e assegurar o cumprimento dos estatutos, normas internas em vigor e legislação que lhe seja, em especial, aplicável;
- f) Providenciar na obtenção de recursos;
- g) Representar o Centro junto das entidades locais, em tudo o que lhe ao mesmo disser directamente respeito
- h) Elaborar e apresentar para aprovação da Direcção Nacional, Orçamentos, balanços, balancetes, Relatórios e contas de gerência;
- i) Elaborar relatório anual de actividade e submetê-lo à Direcção Nacional

6ª Compete ao Sub Director substituir o Director nas suas ausências e impedimentos temporários, sem prejuízo das tarefas que em concreto por este lhe sejam cometidas.



7º Compete aos Vogais desempenhar as funções que lhes forem cometidas pelo Director e ou determinadas em deliberação colegial.

8º O Conselho Consultivo é composto por um número máximo de 5 personalidades designadas pela Direcção Nacional, competindo-lhe, pronunciar-se sobre a actividade desenvolvida pelo Centro, bem como sobre todos os assuntos que lhe sejam presentes pela Direcção do Centro e/ou pela Direcção Nacional.

9º -Todos os elementos integrantes dos órgãos dos Centros Humanitários são solidariamente responsáveis pelos actos e/ou omissões imputáveis ao órgão que integrem e terão de previamente à assumpção das funções par que forem nomeados obter a qualidade de membro da Cruz Vermelha Portuguesa, assumindo as obrigações e deveres plasmados nos Estatutos e demais Regulamentos vigentes na Instituição .

- **Reuniões:**

1º- Da Direcção:

- a) A Direcção, quando Colegial, reunirá semanalmente, obrigando-se a plasmar em acta o conteúdo das mesmas.
- b) O Director, terá, nas reuniões mencionadas na alínea anterior, voto de qualidade.

2º- Do Conselho Consultivo:

O Conselho Consultivo reunirá sempre que convocado pela Direcção Nacional ou pela Direcção do Centro, competindo-lhe elaborar actas das reuniões realizadas.

3º A marcação das reuniões de Direcção será realizada na reunião antecedente e as do Conselho Consultivo serão realizadas, salvo em situações de comprovada urgência, com uma antecedência não inferior a oito (8 dias), por carta registada ou fax,

- **Grau de Autonomia**

Os Centros Humanitários terão o grau de autonomia que, de acordo com as tarefas e funções que lhes forem determinadas, lhes venha a ser, em particular, conferido por Deliberação da Direcção Nacional.



- **Dos Recursos Financeiros :**

- a) Obrigam-se os Centros Humanitários a, no cumprimento das orientações emitidas pela Direcção Nacional ou por ordem desta, e no respeito pelas normas e instruções em vigor, a obter recursos próprios com vista à sua sustentabilidade económico-financeira.
- b) Para prossecução de tal objectivo, os Centros poderão, mediante prévia aprovação da Direcção Nacional dinamizar formas de angariação de meios financeiros, designadamente junto de pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas.

- **Da Fusão e Extinção**

A fusão entre Centros Humanitários e a Extinção dos mesmos, depende de deliberação da Direcção Nacional.

Normas supletivas

Em tudo o que não for, no momento da respectiva criação, especialmente previsto e aprovado para cada um dos Centros Humanitários da Cruz Vermelha, vigorarão os Estatutos e demais normativo interno vigente a cada instante na Instituição.



Luís Barbosa
Presidente Nacional da CVP